

Fórum estadual dá prioridade para 14 projetos

Foto de Chico Guedes

Em reunião realizada ontem pela manhã, com a participação do governador Albuíno Azeredo, a comissão executiva do Fórum Sócio-Econômico do Espírito Santo analisou mais de cem propostas elaboradas no âmbito dos sete grupos de trabalho que compõem o fórum e destacou 14 que terão sua implementação priorizada pelo Governo do Estado. Essas propostas envolvem as áreas de infra-estrutura, agricultura, educação, tributos e meio ambiente.

A reunião da comissão executiva, que acontece mensalmente, foi realizada no gabinete do governador, no Palácio Anchieta, e as propostas analisadas foram as mesmas debatidas durante a segunda plenária do Fórum Sócio Econômico, que aconteceu no último dia 6 de maio, no auditório da Rede Gazeta de Comunicações. A partir da priorização das propostas, o Governo do Estado parte agora para a elaboração dos respectivos projetos e sua implantação, mas ainda não há prazo estipulado para a conclusão desta etapa.

Na área agrícola foram priorizadas as propostas de implantação e manutenção de frigoríficos ao longo da costa capixaba que possibilitem a comercialização de pescados nas associações e cooperativas de pescadores; e a de revisão da política tributária da área agrícola do Espírito Santo. A proposta neste sentido é de reduzir de 12% para 7% a alíquota de ICMS incidente sobre os produtos da cesta básica e projeto de lei com este objetivo já foi encaminhado, no início da semana, à Assembleia Legislativa, segundo explicou o secretário executivo do Fórum, Paulo Augusto Vivacqua.

Também foi priorizada a proposta de difundir a aqüicultura e a carcinicultura, implantando projetos nas regiões aptas e mantendo disponibilidade permanente de alevinos, pós-larvas de camarão e recursos para financiamento aos produtores, via crédito diferenciado. Uma outra proposta priorizada foi a de agilização do zoneamento ecológico-econômico do Espírito Santo, que visa ao desenvolvimento sustentado. O governador já determinou à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) que faça o zoneamento ecológico, em contato

com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedes), para que sejam determinados os locais adequados à instalação de indústrias e outros projetos, sem prejuízos ao meio ambiente e à economia.

Na área de infra-estrutura portuária foram destacadas as propostas de implantação do turno de 24 horas nos cais da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que atualmente funcionam apenas durante o dia, o alfandegamento do cais de Paul que, por não ter alfândega, dificulta o desembarque de mercadorias vindas do exterior; a proposta que busca alternativas para movimentação de cargas de terceiros nos terminais privados; e agilização da liberação de cargas e outras tarefas de responsabilidade da Receita Federal nos portos capixabas.

Entre as propostas priorizadas pela comissão executiva também está a de implantação de uma zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Espírito Santo. A Sedes, segundo informou Paulo Vivacqua, deve concluir em trinta dias o projeto de implantação da ZPE, cuja concessão tem de partir do Governo federal. Ele salientou, contudo, que o secretário nacional de Desenvolvimento Social, Ângelo Calmon de Sá, já revelou ao governador que o Espírito Santo abriga as condições necessárias para a implantação da ZPE. Teve destaque ainda a proposta que prevê a redução do ICMS sobre energia elétrica cobrado dos consumidores industriais, que é de 25% no Espírito Santo, enquanto na Bahia é 12%, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais é de 18%. A intenção é corrigir essa distorção, e a Secretaria de Estado da Fazenda já foi acionada para isso, segundo informou o secretário executivo do Fórum, ressaltando que a redução da alíquota terá de ser compensada de outras formas, para que o Estado não tenha redução de receita. A aceleração da assinatura de contrato com a Petrôbrás Distribuidora, para que seja iniciada a distribuição de gás natural, também teve prioridade, além da regulamentação do Artigo 197 da Constituição estadual que prevê o repasse de 2,5% da receita do Estado para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.



A comissão executiva do Fórum aprovou as propostas para as áreas de agricultura, tributo e meio ambiente

Governo amplia programa no interior

As prefeituras de Domingos Martins e Afonso Cláudio aderiram ontem ao Programa Especial de Interiorização do Desenvolvimento (Proin), elevando para quatro o número de municípios participantes. A solenidade de adesão ocorreu no auditório do escritório operacional do Corredor de Transportes Centro-Leste, entre o Governo do Estado e as prefeituras. O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Paulo Vivacqua, disse que o Estado está negociando com empresários nacionais interessados em vir para o Espírito Santo. A localização apresentada a esses investidores sairá da listagem dos municípios aderentes ao Proin.

Há um mês, o programa surgiu com o protocolo de intenções assinado entre a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedes) e as prefeituras de Ibirapu e Ecoporanga. Para esses dois municípios, já existem cer-

ca de 10 empresários do interior paulista interessados em montar projetos industriais, disse Vivacqua. Na adesão de ontem, estavam os prefeitos Methódio José da Rocha (Afonso Cláudio) e Lourival Berger (Domingos Martins). Também compareceram vereadores e o deputado Luiz Temoteo (PSDB). À solenidade não veio nenhum empresário.

O secretário rechaçou qualquer vinculação do Proin com a sucessão municipal, a ser promovida através das eleições deste ano. "Essa interpretação é absurda, porque o benefício vai ser para os prefeitos que vierem, e a captação de empresas demanda tempo", disse. O assessor da Sedes, Laerte Holanda complementou informando que o empresário não corre um risco de iniciar um investimento para ter de interromper na nova administração. Esse receio está entre alguns empresários, que te-

mem uma revisão pelo novo prefeito, uma vez que o Estado oferece os incentivos fiscais e a prefeitura doa o terreno.

Potencial

O assessor Laerte também informou que o Proin não aproveitou os estudos técnicos do antigo Programa de Interiorização da Economia (Prointer), montado durante o Governo Eurico Rezende. Segundo ele, o atual Proin utiliza um trabalho do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ainda em andamento, que visa identificar as potencialidades dos municípios capixabas. Entre essas, estão as matérias primas e os tipos ideais de projetos econômicos. Diante dessas identificações, a Sedes procura os prefeitos para saber o interesse em aderir ao Proin, explicou o assessor.